



## **Representatividade das pessoas de gênero não binário: invisibilidade social e não existência na língua<sup>1</sup>**

Luana Cristina Santos Marques<sup>2</sup>

Orientador: Angel Humberto Corbera Mori

### **Descrição**

Essa pesquisa visa compreender a importância da popularização da linguagem inclusiva de gêneros na língua brasileira<sup>3</sup>. Essas manifestações começaram nas redes sociais restringidas à comunidade transvestigênera, mas têm se estendido e ultrapassado o limite da população LGBTQIA+ sendo aderida por todes<sup>4</sup> que compreendem a importância de termos não sexistas na língua.

Há ilustres trabalhos sobre o sexismo na linguagem<sup>5</sup> analisando a exclusão e invisibilidade das mulheres ao usar o masculino como genérico e, supostamente, neutro. Mas, para além disso, os movimentos transvestigêneros têm chamado a atenção para a inclusão de pessoas trans que não se identificam ou se identificam parcialmente ou, ainda, temporariamente com gêneros binários (homem e mulher). Sem a representatividade na língua, essas identidades são excluídas do imaginário popular. Portanto, incluir termos que respeitem as identidades não binárias é fundamental para uma linguagem de todes.

Assim, a principal questão desse trabalho foi compreender como as manifestações da linguagem inclusiva de gêneros são fundamentais na construção de uma linguagem democrática e do combate à transfobia<sup>6</sup> visto que a língua marca o que conhecemos e

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido como resultado da pesquisa do programa de Iniciação Científica Voluntária da Unicamp sob orientação de Angel Humberto Corbera Mori.

<sup>2</sup> Estudante de licenciatura em Letras na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>3</sup> Opto por essa nomenclatura da língua como manifesto anti colonialista, recusando-me a aderir à mesma nomenclatura eurocêntrica e opressora.

<sup>4</sup> Utilizo o termo “todes” colocando em prática a linguagem inclusiva de gêneros. Por isso, “todas” e “todos” não seriam o suficiente, visto que só incluem gêneros binários.

<sup>5</sup> O principal para essa pesquisa foi o “Manual para uso não sexista da linguagem – O que bem se diz... bem se entende” elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Brasil, publicado em agosto de 2014.

<sup>6</sup> Preconceito contra pessoas transvestigêneras.

como o fazemos considerando que a linguagem é um mecanismo vivo<sup>7</sup>, instável e de poder que propaga discriminações sociais e pode ser usada como instrumento na luta contra os preconceitos.

## **Objetivos**

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar, do ponto de vista linguístico, como os signos linguísticos propostos pela comunidade LGBTQIA+ para inclusão de gêneros não binários podem ser formalmente legitimados e popularizados, e qual a importância social destes.

A partir de questionários respondidos por não binários e de análises bibliográficas, busquei reunir os diversos fatores que justificam a importância emergencial do reconhecimento desses signos para uma linguagem não sexista visto que a invisibilidade social está enfatizada pela não legitimação e falta de uso contínuo de signos inclusivos dos gêneros.

Como a língua funciona como repersora dos preconceitos e estereótipos que estruturam nossa cultura, busquei mapear como usá-la como instrumento da luta contra a transfobia visando entender como o uso desses signos inclui a existência de gêneros não binários no imaginário popular.

Por fim, busquei reunir as diversas sugestões práticas do uso da linguagem não sexista baseando-se em manuais linguísticos já produzidos para tal e estendendo suas sugestões para a inclusão de gêneros não binários.

## **Resultados**

Compreendi que esses usos ainda estão restritos à comunidade não binária e seus meios sociais. Entendo que o motivo para tal é a falta de uso da linguagem inclusiva nos discursos de instituições ou líderes políticos que são amplamente acessados. Com isso, reconheço que a pesquisa não será suficiente para popularizar o uso da linguagem inclusiva de gêneros visto que circula no ambiente acadêmico e, ainda, elitista.

---

<sup>7</sup> Pois existe nos seus usos sociais.

A linguagem muda num movimento social que não parte de gramáticas, normas ou trabalhos científicos, mas sim, dos usos sociais da língua. Por isso, me baseei no uso de signos inclusivos de gêneros que conheci nos discursos de falantes, não em dicionários. Mesmo assim, é preciso normalizar o uso de terminologias inclusivas nos pronomes e adjetivos, como “e” e “u”, como em “todes”, “elu”, entre outros. Mas, para tal, essa pesquisa não será suficiente visto que envolve maior aprofundamento nas questões linguísticas e ampla divulgação. Melhor seria elaborar um manual linguístico que aumentasse a discussão e se aprofundasse nas propostas; e que esse manual circulasse em ambientes de maior acesso popular.

Além disso, esse manual poderia diminuir a não adesão e estranhamento ao uso movidos pela negação ao reconhecimento dessas identidades – registrados pelas respostas dos formulários – por ser um instrumento legitimado e formalizado. Espero que, assim como com outros signos preconceituosos, falantes da língua se esforcem para se adaptarem a essas mudanças visto que elas podem causar consequências sociais fundamentais.

Ademais, compreendi melhor a diferença entre o gênero gramatical e gênero social. Nossa língua é marcada por gêneros opostos, por exemplo: a maçã, o pote, a prateleira, o livro, entre todos os outros seres inanimados – trata-se do gênero gramatical. Não nos interessa essa característica. O que importa é oferecer alternativas não binárias que se referem a seres humanos que possuem gêneros sociais. Dessa forma, não é necessário uma mudança estrutural na língua, apenas adaptações e esforço dos falantes para democratizá-la.

A linguagem inclusiva de gêneros demonstra que a sociedade falante daquela língua reconhece e respeita as identidades trans, nesse caso – principalmente – as não binárias. Isso não é pouco, porque aumenta a visibilidade das identidades de gênero que estão fora do padrão cisgênero binário.

Mesmo assim, o uso da linguagem inclusiva não garante o respeito às identidades de gêneros, embora seja um bom começo. Para tal, é necessário que sejam realizadas mais políticas públicas que visem o reconhecimento e respeito às diversas identidades de gênero, sem carregar estigmas e estereótipos.

Por ser um processo cultural, a língua é excludente e perpetua as relações de poder. Por causa disso, vemos termos racistas, etnicidas, capacitistas, machistas na nossa língua – exemplo: mulato, parda, judiação, mancada, denegrir, etc. Assim, apaga-se a possibilidade de gêneros não binários, pois a língua é construída a partir de uma cultura binária cisnormativa e transfóbica.

Portanto, é importante mudarmos a linguagem como uma tentativa de mudar os preconceitos socioculturais. Não é um processo simples visto que exige uma mudança ideológica que reflete e é refletida na adequação da nossa linguagem. Entretanto, se queremos uma cultura mais inclusiva e com menos preconceitos, precisamos nos esforçar e isso envolve rever práticas diárias e tão comuns como o uso da língua já que esta acompanha as culturas na qual está inserida, pois reflete e é refletida por esta.

#### **Referência bibliográfica**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Manual para Uso não Sexista da Linguagem: O que bem se diz bem se entende. Porto Alegre, 2014. PDF.